



TERMO DE REFERÊNCIA

1. TÍTULO:

1.1. Registro de preços para aquisição e instalação de película de controle solar tipo insulfilme e persianas.

2. IDENTIFICAÇÃO DO OBJETO:

2.1. Constitui objeto do presente Termo de Referência, selecionar para possível contratação de pessoa jurídica para aquisição de persianas e películas de controle solar, conforme descritos neste Termo de Referência.

2.2. A descrição encontra-se no Encarte “A” deste Termo de Referência

2.3. Havendo incompatibilidade entre as especificações dos itens lançados no Termo de Referência e os itens do Comprasnet, prevalecerá os constantes nesse Termo de Referência.

2.4. A quantidade indicada na Descrição Detalhada do Objeto, Encarte “A” deste Termo de Referência, é meramente estimativa e será ativada ou desativada de acordo com as necessidades do Campus Manaus Centro do IFAM, sendo o fornecimento determinado pela correspondente Nota de Empenho.

3. JUSTIFICATIVA:

3.1. A Gerência de Administração e Manutenção frequentemente recebe solicitações de diversos setores no que se refere à melhoria das condições do ambiente de trabalho em relação ao conforto luminoso e térmico. Diante disso, após vistorias e/ou consultas, solicitamos a aquisição das películas de proteção solar.

3.2. No que se refere às persianas, estamos solicitando a instalação em algumas salas para proporcionar maior privacidade e conforto ambiental, atendendo assim a demanda dos servidores. Dentro do ambiente de trabalho também se faz necessária a aquisição das persianas, com intuito de regular a luminosidade, fazendo com que se vise o bem estar de quem frequenta o espaço.

4. LOCAL DA INSTALAÇÃO DOS MATERIAIS E PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

4.1. Campus Manaus Centro do IFAM, sito à Av. Sete de Setembro, 1975 – Centro – Manaus – AM.

5. HORÁRIO DA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Campus Manaus Centro do IFAM, de Segunda-feira a sexta-feira das 08h às 17h

5.2. O horário de trabalho poderá sofrer alterações de acordo com a conveniência e interesse do CMC, mediante comunicação escrita com antecedência de 03 (três) dias úteis.

6. PERÍODO DE EXECUÇÃO:

6.1. Doze Meses.

7. GARANTIA

7.1. Prazo de garantia dos materiais: mínimo de 12 (doze) meses, a contar do recebimento definitivo por este Campus.



8. DESCRIÇÃO DETALHADA DO SERVIÇO

8.1. Os serviços deverão ser executados no prazo de um mês corrido, a contar do recebimento da Nota de Empenho e/ou Ordem de Serviço.

8.2. Os materiais deverão ser de qualidade igual ou superior à especificada neste Termo de Referência e possuir procedência, sendo aplicadas todas as normas e exigências do Código de Defesa do Consumidor.

8.3. A empresa vencedora ficará obrigada a trocar, às suas expensas, o item que vier a ser recusado, sendo que o ato do recebimento não importará a sua aceitação.

8.4. Os vencedores terão seus produtos analisados em sua totalidade, sendo que aqueles que não satisfizerem à especificação exigida serão devolvidos, devendo ser substituídos no prazo máximo de 03 (três) dias úteis a partir do contato feito pela Diretoria de Administração e Planejamento-DAP.

8.5. A Administração reserva-se o direito da recusa do recebimento do serviço se estiverem fora dos padrões exigidos neste Termo de Referência. A substituição, no total ou em parte, do objeto com irregularidades resultantes do fornecimento, deverá acontecer no prazo máximo de até 48 (quarenta e oito) horas a contar do recebimento da notificação por parte da DAP. A ocorrência reiterada de fatos desta natureza enseja a rescisão contratual e as sanções previstas.

8.6. Os materiais a serem entregues deverão obedecer rigorosamente às especificações deste Termo de Referência, sob pena de não serem aceitos pelo agente responsável pelo recebimento, sem prejuízo das sanções legais e/ou editalícias previstas.

8.7. Nos termos legais, o objeto desta licitação será recebido pela fiscalização, mediante termo circunstanciado ou atesto da Nota Fiscal.

8.8. O local que já possuir película de proteção solar ou persiana e for solicitado uma nova, a empresa ganhadora do item deverá realizar a remoção do material anteriormente empregado.

9. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

9.1. Efetuar os serviços conforme especificações deste Termo de Referência e de sua proposta, com a alocação dos empregados necessários ao perfeito cumprimento das cláusulas contratuais, além de fornecer os materiais e equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, na qualidade e quantidade especificadas neste Termo de Referência e em sua proposta;

9.2. Cumprir os prazos fixados. A sua inobservância somente será admitida pela Contratante quando decorrente de força maior ou de caso fortuito, enquadráveis nas disposições do inciso II do § 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993, ou na conceituação legal do parágrafo único do artigo 393 do Código Civil Brasileiro;

9.3. Reparar, corrigir, remover ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal, os serviços efetuados em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

9.4. Manter o empregado nos horários predeterminados pela Administração;

9.5. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, de acordo com os artigos 14 e 17 a 27, do Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990), ficando a Contratante autorizada a descontar da garantia, caso exigida no edital, ou dos pagamentos devidos à Contratada, o valor correspondente pelos danos sofridos;

9.6. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, em conformidade com as normas e determinações em vigor;

9.7. Apresentar os empregados devidamente uniformizados e identificados por meio de crachá contendo, obrigatoriamente, o nome da empresa e do funcionário, cargo e função deste, além de foto atualizada;



9.8. Cumprir as medidas de segurança, inclusive com uso de Equipamento de Proteção Individual – EPI, quando for o caso, conforme legislação em vigor, sendo responsável por qualquer acidente que eventualmente seus funcionários venham a sofrer, no decorrer da execução dos serviços;

9.9. Apresentar à Contratante, quando for o caso, a relação nominal dos empregados que adentrarão o órgão para a execução do serviço, além de não permitir que seu pessoal ingresse em áreas estranhas aos locais estipulados sem antes se certificar de já existir autorização expressa para tal, e responsabilizar-se por todo e qualquer dano que esse pessoal venha a causar nesses locais, ainda que autorizado para neles adentrar;

9.10. Responsabilizar-se por todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias e as demais previstas na legislação específica, cuja inadimplência não transfere responsabilidade à Contratante;

9.11. Responsabilizar-se pelo transporte e acondicionamento dos materiais a serem entregues ou utilizados, bem como, pelo cumprimento de todas as normas de segurança;

9.12. Apresentar, quando solicitado, atestado de antecedentes criminais e distribuição cível de toda a mão de obra oferecida para atuar nas instalações do órgão;

9.13. Atender as solicitações da Contratante quanto à substituição dos empregados alocados, no prazo fixado pelo fiscal do serviço, nos casos em que ficar constatado descumprimento das obrigações relativas à execução do serviço, conforme descrito neste Termo de Referência;

9.14. Instruir seus empregados quanto à necessidade de acatar as normas internas da Administração;

9.15. Instruir seus empregados a respeito das atividades a serem desempenhadas, alertando-os a não executar atividades não abrangidas no contrato, devendo a Contratada relatar à Contratante toda e qualquer ocorrência neste sentido, a fim de evitar desvio de função;

9.16. Relatar à Contratante toda e qualquer irregularidade verificada no decorrer do contrato;

9.17. Não permitir a utilização de qualquer trabalho de menor de dezoito anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos; nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre;

9.18. Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

9.19. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do serviço;

9.20. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento ao objeto da licitação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados nos incisos do § 1º do artigo 57 da Lei nº 8.666, de 1993.

9.21. A obrigação de arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos da proposta estende-se aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos;

9.22. Não transacionar ou transferir a terceiros quaisquer direitos decorrentes do presente instrumento, para que não haja, em nenhuma hipótese protestos de títulos contra o Reitor, em decorrência da negociação da Contratada com bancos e outros agentes financeiros, dos instrumentos emitidos pelo IFAM;

9.23. Apresentar, por ocasião do faturamento, documentação que comprove sua condição ou não de Microempresa (ME) ou Empresa de Pequeno porte (EPP), conforme o que estabelece o Art. 3º da Lei Complementar nº 123, de 2006, e provas de quitação com as Fazendas Federal, Estadual, Municipal e do Distrito Federal; comprovante de regularidade de



situação perante o Fundo de Garantia de Tempo de Serviço (FGTS); Programa de Integração Social (PIS); e comprovante de regularidade de situação junto ao Instituto Nacional de Seguridade Social (INSS);

9.24. Recolher à Seção de Finanças do IFAM as importâncias referentes às multas que lhe forem aplicadas ou às indenizações devidas, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da data de notificação, sendo assegurado o contraditório e a ampla defesa.

10. OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

10.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela Contratada, de acordo com as obrigações dispostas neste termo de referência e os termos de sua proposta;

10.2. Exercer o acompanhamento e a fiscalização do contrato, por servidor especialmente designado, anotando em registro próprio as falhas detectadas, indicando dia, mês e ano, bem como o nome dos empregados eventualmente envolvidos, e encaminhando os apontamentos à autoridade competente para as providências cabíveis;

10.3. Notificar a Contratada por escrito da ocorrência de eventuais imperfeições no curso da execução dos serviços, fixando prazo para a sua correção;

10.4. Pagar à Contratada o valor resultante da prestação do serviço, no prazo e condições estabelecidas no Edital e seus anexos;

10.5. Efetuar as retenções tributárias devidas sobre o valor da Nota Fiscal/Fatura fornecida pela Contratada.

11. RECEBIMENTO DOS SERVIÇOS E PAGAMENTO

11.1. Os serviços serão recebidos provisoriamente no prazo de 10 dias, pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização do serviço, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta;

11.2. Os serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando em desacordo com as especificações constantes neste Termo de Referência e na proposta, devendo ser corrigidos, refeitos ou substituídos no prazo fixado pelo fiscal, às custas da Contratada, sem prejuízo da aplicação de penalidades;

11.3. Na hipótese de a verificação a que se refere o subitem 11.1 não ser procedida dentro do prazo fixado, reputar-se-á como realizada, consumando-se o recebimento definitivo no dia do esgotamento do prazo;

11.4. O recebimento do objeto não exclui a responsabilidade da contratada pelo prejuízos resultantes da incorreta execução do serviço;

11.5. O pagamento será efetuado mediante apresentação de notas fiscais ou faturas mensais;

11.6. Previamente ao pagamento será feita a verificação, por parte da Contratante, da conformidade dos serviços realizados com as especificações exigidas;

11.7. O aceite das notas fiscais ou faturas emitidas pela Contratada será condicionado ao atendimento de todas as condições do Edital e deste Termo de Referência, conforme nota de empenho.

12. CONTROLE E FISCALIZAÇÃO

12.1. O acompanhamento e a fiscalização da execução do contrato consistem na verificação da conformidade da prestação dos serviços e da alocação dos recursos necessários, de forma a assegurar o perfeito cumprimento do ajuste, devendo ser exercidos por um ou mais representantes da Contratante, especialmente designado, com a experiência necessária para o



acompanhamento da execução, nos termos dos artigos 67 e 73 da Lei nº 8.666, de 1993, e do artigo 6º do Decreto nº 2.271, de 1997;

12.2. A execução do serviço deverá ser acompanhada e fiscalizada por meio de instrumentos de controle, que compreendam a mensuração dos seguintes aspectos, quando for o caso:

12.3. Os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;

12.3.1 Os recursos humanos empregados, em função da quantidade e da formação profissional exigidas;

12.3.2 A qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;

12.3.3 A adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida;

12.3.4 O cumprimento das demais obrigações decorrentes do serviço; e

12.3.5 A satisfação do público usuário;

12.4. Antes de cada pagamento, e a qualquer momento, sempre que necessário, o fiscal do serviço exigirá da Contratada, nos casos de empresas regidas pela Consolidação das Leis Trabalhistas:

12.4.1 A prova de regularidade para com a Seguridade Social, conforme dispõe o artigo 195, § 3º da Constituição Federal, sob pena de rescisão contratual;

12.4.2 O recolhimento do FGTS, referente ao mês anterior;

12.4.3 O pagamento de salários no prazo previsto em Lei, referente ao mês anterior;

12.4.4 O fornecimento de vale transporte e auxílio alimentação quando cabível;

12.4.5 O pagamento do 13º salário;

12.4.6 A concessão de férias e correspondente pagamento do adicional de férias, na forma da Lei;

12.4.7 Eventuais cursos de treinamento e reciclagem que forem exigidos por lei;

12.4.8 A realização de exames admissionais e demissionais e periódicos, quando for o caso;

12.4.9 Comprovação do encaminhamento ao Ministério do Trabalho e Emprego das informações trabalhistas exigidas pela legislação, tais como: a RAIS e a CAGED;

12.4.10 Cumprimento das obrigações contidas em convenção coletiva, acordo coletivo ou sentença normativa em dissídio coletivo de trabalho; e

12.4.11 Cumprimento das demais obrigações dispostas na CLT.

12.5. A conformidade do material a ser utilizado na execução dos serviços deverá ser verificada juntamente com o documento da Contratada que contenha a relação detalhada dos mesmos, de acordo com o estabelecido neste Termo de Referência e na proposta, informando as respectivas quantidades e especificações técnicas, tais como: marca, qualidade e forma de uso;

12.6. O representante da Contratante deverá promover o registro das ocorrências verificadas, adotando as providências necessárias ao fiel cumprimento do serviço ora prestado;

12.7. O descumprimento total ou parcial das demais obrigações e responsabilidades assumidas pela Contratada ensejará a aplicação de sanções administrativas, previstas neste Instrumento e na legislação vigente, podendo culminar em rescisão contratual, conforme disposto nos artigos 77 e 80 da Lei nº 8.666, de 1993;

12.8. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes e prepostos, de conformidade com o art. 70 da Lei nº 8.666, de 1993.



13. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

13.1. As penalidades serão aplicadas em conformidade com as especificações do Instrumento Editalício.

13.2. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e do Decreto nº 5.450, de 2005, a licitante/Adjudicatária que, no decorrer da licitação:

13.2.1. Não assinar a Ata de Registro de Preços, não retirar a nota de empenho, ou não assinar o contrato, quando convocada dentro do prazo de validade da proposta ou da Ata de Registro de Preços;

13.2.2. Apresentar documentação falsa;

13.2.3. Deixar de entregar os documentos exigidos no certame;

13.2.4. Não mantiver a sua proposta dentro de prazo de validade;

13.2.5. Falhar ou fraudar na execução do Contrato;

13.2.6. Comportar-se de modo inidôneo;

13.2.7. Cometer fraude fiscal;

13.2.8. Fizer declaração falsa;

13.2.9. Ensejar o retardamento da execução do certame.

13.3. A licitante/Adjudicatária que cometer qualquer das infrações discriminadas no subitem anterior ficará sujeita, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

13.3.1. Multa de até **10% (dez por cento)** sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do licitante;

13.3.2. Impedimento de licitar e de contratar com a União e descredenciamento no SICAF, pelo prazo de até cinco anos;

13.3.3. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

13.4. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 8.666, de 1993, e subsidiariamente na Lei nº 9.784, de 1999.

13.5. A autoridade competente, na aplicação das sanções, levará em consideração a gravidade da conduta do infrator, o caráter educativo da pena, bem como o dano causado à Administração, observado o princípio da proporcionalidade.

13.6. As multas devidas e/ou prejuízos causados à Contratante serão deduzidos dos valores a serem pagos, ou recolhidos em favor da União, ou deduzidos da garantia, ou ainda, quando for o caso, serão inscritos na Dívida Ativa da União e cobrados judicialmente.



13.7. As multas serão recolhidas em favor da União, no prazo máximo de 5 (cinco) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente, ou, quando for o caso, inscritas na Dívida Ativa da União e cobradas judicialmente.

13.8. As sanções aqui previstas são independentes entre si, podendo ser aplicadas isoladas ou, no caso das multas, cumulativamente, sem prejuízo de outras medidas cabíveis.

Manaus, 25 de junho de 2016

Gleydson de Souza Gomes
Gerente de Administração e Manutenção

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

APROVAÇÃO DO TERMO DE REFERÊNCIA/PROJETO BÁSICO

À Diretoria de Administração e Planejamento do CMC/IFAM: De acordo e aprovo:

Jarder Allyson Ferreira da Silva
Diretor de Administração e Planejamento do
Campus Manaus Centro do IFAM

Maria Stela de Vasconcelos Nunes de Mello
Diretora Geral do Campus Manaus Centro do
IFAM.

Em: / / 2015

Em: / / 2015



Encarte “A” do Termo de Referência

ITEM	ESPECIFICAÇÃO DETALHADA	UND	QTD	PREÇO BASE UNIT (R\$)	PREÇO BASE TOTAL (R\$)
1	Aquisição de Película de Proteção Solar (insulfilm) com o serviço de aplicação da película fumê cor preto de proteção ou controle solar 100% , tipo insulfilm ou tecnicamente equivalente com remoção da película anteriormente aplicada nas instalações do Campus Manaus Centro do IFAM. Garantia mínima de 12(doze) meses	m²	5807		
2	CONFECÇÃO E INSTALAÇÃO DE CORTINA PERSIANA PVC VERTICAL COMPLETA (COM BANDÔ): Serviço de confecção e instalação de persiana vertical, tipo black-out, recolhível, com lâminas em pvc de 88mm, giro de 180°, trilhos anodizados pintados cor a ser definida, com 4,5cm de altura x 4,5cm de largura, reforçado, corrente da base em PVC, suportes para fixação reforçado para bandô, presilhas de metal (material e instalação), dividida ao meio com puxadores na esquerda ou na direita em polipropileno 2,5 mm Garantia mínima de 12(doze) meses. Fabricação sob medida. Com fornecimento de todo o material pelo contratado.	m²	4915		